

Orçamento Participativo Híbrido: Uma Proposta Metodológica para Reduzir as Desigualdades Políticas em Volta Redonda – RJ

Marcos V. A. Delgado¹, Matheus M. Cruz², Flavia Bernardini², Vanessa T. Nunes³, Carlos A. M. Bastos⁴

¹Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Volta Redonda – RJ – Brasil

²Instituto de Computação – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói – RJ – Brasil

³SE7Ti – Tecnologia e Inovação – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

⁴Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói – RJ – Brasil

marcos.delgado@voltaredonda.rj.gov.br, mmcruz@id.uff.br,

fcbernardini@ic.uff.br, vanunes@gmail.com, camalcherbastos@id.uff.br

Abstract. *In this Organization Report, we present a hybrid methodology of Participatory Budgeting, which has been used and improved by the Municipality of Volta Redonda since 2017, through the execution of a project for its implementation. The methodology is hybrid due to making use of social mechanisms and computational tools to increase the engagement of the population to build the municipality's budget. The main objective of this methodology is to reduce political and urban inequalities in the city. The methodology uses tools for participation within a participatory democratic ecosystem. As a result, there was a 24% increase in participation by the population using this methodology.*

Resumo. *Neste Relato da Organização, apresentamos uma metodologia híbrida de Orçamento Participativo, que vem sendo utilizada e aperfeiçoada pelo Município de Volta Redonda desde ano de 2017, por meio da execução de um projeto para a sua implementação. A metodologia é híbrida por fazer uso de mecanismos sociais e ferramentas computacionais para aumentar o engajamento da população para construir o orçamento do município. O objetivo principal dessa metodologia é a redução de desigualdades políticas e urbanas na cidade. A metodologia emprega ferramentas de participação dentro de um ecossistema democrático participativo. Como resultado obtido, houve um aumento de 24% de participação por parte da população usando essa metodologia.*

1. Introdução

A Constituição de 1988, além de trazer novos elementos à organização política do Estado brasileiro, introduziu diferentes mecanismos de exercício da participação popular nos processos de decisão pública. A Carta Magna trouxe consigo o impulso ao que pode denominar como inovações democráticas no âmbito da política brasileira, com destaque aos conselhos gestores de políticas públicas e aos movimentos de discussão aberta do orçamento público. Este último, segundo Avritzer (2003) ficou conhecido como o Orçamento Participativo (OP), processo pelo qual é criada a oportunidade de envolvimento dos agentes da sociedade civil e o Estado na formulação e discussão de parte dos elementos que constituem a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em meados da década de 1990, as primeiras experiências de OP saltaram os olhos dos movimentos sociais, uma vez que possibilitavam maior abertura no canal de comunicação entre o Estado e a sociedade civil nos processos de decisão sobre as políticas públicas, sobretudo voltadas à melhoria dos serviços urbanos. Assim como em Porto Alegre, Vitória e Belo Horizonte, tidas como cidade pioneiras na implementação do modelo, novas iniciativas tomaram conta do modelo de governança pública dos demais municípios do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que, dentre as principais experiências de OP no estado do Rio de Janeiro, a instaurada pelos movimentos sociais urbanos na cidade de Volta Redonda/RJ no ano de 1993 mostrou-se como uma das mais

significativas (LIMA, 2010). No entanto, mesmo após o OP de Volta Redonda ter sido um propulsor para a discussão de um plano urbanístico para cidade de Volta Redonda, o modelo perdeu força nos governos sucessores até 2016, tendo tido sua efetividade enfraquecida devido à metodologia adotada à época (MARTINS, 2017).

Em 2017, com a proposta de reestruturação do OP de Volta Redonda, o governo recém eleito propõe um novo modelo para a ferramenta, de modo a incrementar no processo participativo a ampliação do envolvimento dos cidadãos pela via digital. No Projeto “Orçamento Participativo Híbrido: Uma Proposta Metodológica para Reduzir as Desigualdades Políticas em Volta Redonda – RJ”, integram-se três vertentes metodológicas principais do Orçamento Participativo: a) participação social e aprendizado político b) dimensão operacional e financeira e; c) transparência e *accountability*. Para esse fim, são necessárias tanto ferramentas de estímulo ao envolvimento presencial dos munícipes quanto ferramentas de tecnologia da informação e comunicação. Para garantir uma maior participação, desenvolvemos um sistema denominado Orçamento Participativo Digital, ora denominado OP Digital. Esse conjunto de ferramentas leva a um projeto de um Orçamento Participativo Híbrido, pois contempla tanto o aspecto presencial quanto o virtual. Esse ciclo interdependente foi possível em função de uma reestruturação metodológica do processo de participação ocorrida no ano de 2017. Esta reestruturação contou com a presença de membros de associações de bairro e movimentos sociais urbanos, os quais foram responsáveis pela proposição de construção de novas ferramentas computacionais e modos de envolvimento da população nas decisões, a respeito do orçamento público. Assim sendo, sob o princípio de governo aberto, a Secretaria de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão foi capaz de possibilitar o redesenho da metodologia do Orçamento Participativo (OP) de modo a integrar diferentes segmentos da sociedade e diferentes canais de participação social e de transparência.

O objetivo deste artigo é os diversos aspectos relativos à metodologia híbrida utilizada para o OP, incluindo uma apresentação das diferentes ferramentas de participação, conectadas em um ecossistema democrático participativo¹. Para isso, na Seção 2 apresentamos uma visão geral da trajetória percorrida para alcançar o objetivo de execução do projeto. Na Seção 3, apresentamos os aspectos inovadores do projeto. Na Seção 4, apresentamos a replicabilidade do projeto.

A proposta deste relato se justifica dado o caráter multidisciplinar de como é tratada a proposta tecnológica. Propõe-se aqui avançar no discurso até então abordado pelos estudos sobre o OP e a sua relação com o aprendizado político e o desenvolvimento urbano e territorial (ARAÚJO, 2012). Do ponto de vista da análise de políticas públicas, este trabalho se diferencia ao vincular uma visão sociológica sobre a participação dos agentes e da criação da condição de agente político para o exercício da razão pública por meio de uma proposta pedagógica de participação social (LUCHMANN, 2012). Ainda, a sua contribuição inédita pode ser vislumbrada pelo esforço em avaliar o desenho institucional das instituições democráticas sob a ótica do desenvolvimento como liberdade, sobretudo política e social e a sua relação com a ampliação do capital político (SEN, 2000). Assim, este trabalho espera atuar no interior das lacunas sobre os estudos críticos sobre as possibilidades e desafios da democracia participativa e digital e das políticas de desenvolvimento.

2. Como o objetivo foi alcançado

Antes de 2017, o OP seguia uma metodologia vulnerável a práticas clientelistas e oportunistas, que subvertiam o significado de democracia e participação. Em 2017, iniciamos uma reestruturação do Orçamento Participativo, criando muitas ferramentas computacionais de empoderamento comunitário que não haviam sido consideradas na antiga metodologia de OP.

Considerando as três vertentes metodológicas citadas anteriormente (a) participação social e aprendizado político b) dimensão operacional e financeira e; c) transparência e *accountability*), foram inseridos novos mecanismos sociais e ferramentas computacionais para a melhora da efetividade e eficiência da participação democrática. Na dimensão da participação social e do

¹ Informações complementares como fotos, posters, vídeos e notícias sobre a experiência estão disponíveis em: <http://bit.ly/2yd47QJ>

aprendizado político, foram criados os mecanismos sociais Fórum do Orçamento Participativo, o Comitê do Orçamento Participativo e as Comissões Técnicas de Treinamento; e a ferramenta computacional OP Digital. Na dimensão operacional e financeira, foi criado como mecanismo social o uso de um parâmetro de redistribuição de recursos, denominado Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), que permitiu mapear a vulnerabilidade social e de acesso aos serviços públicos, assim como a infraestrutura urbana dos territórios da cidade. Além disso, foi criada uma comissão técnica especial formada por integrantes do governo e da sociedade para realizar o controle de gastos com investimentos nas demandas aprovadas do Orçamento Participativo. Por fim, na dimensão de transparência e *accountability*, foi criado um *website* (ferramenta computacional) exclusivo para a publicação de todas atividades do Orçamento Participativo, incluindo atas, imagens, membros participantes, decisões e demais informações de interesse público. Todas as informações estão disponíveis em www.voltaredonda.rj.gov.br/op, website oficial do Orçamento Participativo de Volta Redonda. Ademais, de maneira a avaliar e acompanhar a eficiência dos mecanismos de participação implementados, a prestação de contas das ações do Orçamento Participativo foi incorporada à ação obrigatória do governo em realizar audiências públicas sobre a Lei Orçamentária Anual assim como os resultados passaram a ser divulgados nos prédios do governo visitados pela população com o OP Transparente.

No que se trata do alcance da iniciativa, seus resultados e impactos, foi verificado que, com a reestruturação do OP, houve um significativo aumento do número de associações de moradores interessadas em discutir o orçamento público. No ano de 2017, apenas 47 das 87 associações de moradores realizaram assembleias para discussão de melhorias de investimento nos bairros, com participação de 1.629 moradores. Em 2018, houve um aumento de mais de 24% em relação ao ano anterior – foram 2.031 participantes no total. Notou-se, ainda, que em comparação ao ano de 2017, o ano de 2018 elevou o número de participantes nas assembleias dos bairros, conforme pode ser visto no gráfico da Figura 1.

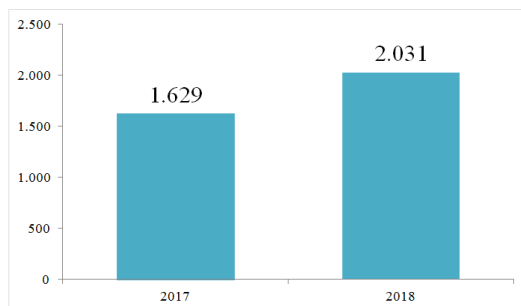


Figura 1 – Número de participantes do OP em 2017 e 2018

Percebe-se um aumento superior a 24% no número de cidadãos e cidadãs interessados em discutir o OP em seu bairro, o que denota um resgate do capital social em se tratando da confiança política depositada no instrumento democrático. Tais resultados vem ao encontro de uma série de ações de transparência dos procedimentos do OP realizadas em conjunto com a sociedade, conforme as notícias divulgadas em diversos veículos: “Volta Redonda avança através do orçamento participativo e ganha novas obras”, disponível em <http://bit.ly/2Ys0Rj6>; “Prefeitura de Volta Redonda começa a aplicar orçamento participativo”, disponível em <http://bit.ly/2GsbGrr>; “Secretaria de Planejamento de Volta Redonda lança o Orçamento Participativo Digital”, disponível em <http://bit.ly/2ZbiP6L>; “Volta Redonda destinará R\$ 30 milhões para Orçamento Participativo”, disponível em <http://bit.ly/2Z9mZfu>; e “Volta Redonda realiza mais uma etapa para a reestruturação do Orçamento Participativo”, disponível em <http://bit.ly/2K4jz7i>.

3. Características Gerais do Projeto para Execução da Metodologia Híbrida Apresentada

Aspectos inovadores do projeto

Desde de sua criação em 1990 no Brasil, o Orçamento Participativo tem sido um dos principais métodos utilizados por governos locais e internacionais para melhorar a qualidade da

tomada de decisão a respeito do orçamento público. As crescentes experiências de OP pelo mundo despertaram os interesses de teóricos da democracia participativa (SANTOS, 2002; AVRITZER, 2003; LUCHMANN, 2014), de modo que grande parte de seus estudos se basearam sobretudo na efetividade do processo participativo no interior das instituições.

No entanto, ainda são escassos os estudos sobre o vínculo da efetividade do processo participativo ao aumento dos direitos políticos dos cidadãos e diminuição das desigualdades sociais (ARAÚJO, 2012; SILVA, 2017). A razão de existirem poucos estudos é pelo fato de também existirem poucos casos com o objetivo de igualar os níveis em termos de participação democrática e associar com o aumento da igualdade urbana. É a partir desta lacuna de casos em que essa proposta se diferencia das experiências de Orçamento Participativo no Brasil e no mundo. O OP de Volta Redonda, de forma híbrida, cria e utiliza diferentes espaços físicos e virtuais de participação democrática, ao mesmo tempo em que utiliza como base de distribuição de recursos financeiros e de avaliação da efetividade dos investimentos urbano, o nível de qualidade de vida urbana dos territórios.

Desse modo, considera-se que um dos aspectos mais inovadores desta nova metodologia do OP de Volta Redonda, iniciada em 2017, está relacionada à potencialidade do efeito distributivo do orçamento público em favor da diminuição das desigualdades urbanas aliada, sobretudo ao esforço de diminuição de desigualdades políticas com o aumento dos direitos dos cidadãos envolvidos no processo de participação.

Replicabilidade do projeto

É importante ressaltar que grande parte das experiências de Orçamento Participativo brasileiras seguem modelo metodológico exclusivo, sobretudo muito atreladas ao modo como os governantes locais historicamente conduziram o OP e às condições geográficas das cidades onde ela foi implantada ou regulamentada (LUCHMANN, 2012; SANTOS, 2002; SEFTON, 2006). No entanto, a metodologia do OP de Volta Redonda valoriza a sua capacidade adaptativa ao incluir diferentes instrumentos de participação democrática voltados ao empoderamento dos cidadãos que participam diretamente das decisões públicas.

Um desses instrumentos é o OP Digital, um software desenvolvido pela prefeitura e que pode, por meio de autorização, ser facilmente transferido para apoiar outras experiências de OP no Brasil e no mundo. O OP Digital permite que sejam inseridos projetos, obras, ideias e demais elementos que podem ser valorados e votados a partir de um valor de orçamento específico. Na Figura 2, são exibidas duas telas do sistema OP digital desenvolvido. O *software* simula um carrinho de compras e conduz o participante a votar nas demandas que julgar ser prioridade e, ainda, que seja viável economicamente. Nesse sentido, o sistema apoia a tomada de decisão dos cidadãos permitindo-lhes dar importância ao orçamento público e ao princípio democrático de participação política, conforme Figura 3.



Figura 2 - Telas da Ferramenta OP Digital Desenvolvida

Fonte: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, 2017.



Figura 3 - Telas da Ferramenta OP Digital Desenvolvida

Fonte: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, 2018

Na tela da Figura 3, é possível visualizar a seleção do usuário para um dos projetos a serem votados para um dado território, computando seu valor estimado no cálculo do total previsto para o orçamento daquela localidade, destacado no canto direito inferior. O usuário poderá votar em quantos projetos desejar, desde de que não ultrapasse o limite estabelecido no orçamento. Caso contrário, o sistema indicará a cor vermelha e subirá uma mensagem com orientações ao cidadão usuário sobre como proceder com a votação. Ao final, o sistema enviará para o e-mail do usuário cadastrado com um relatório de votação e irá computar as propostas mais escolhidas pelos usuários dentro do limite orçamentário previsto pela gestão pública.

Outro instrumento utilizado na metodologia híbrida do OP de Volta Redonda é o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), que mapeia a qualidade de vida dos bairros do município. O IQVU mede o diagnóstico geral dos bairros de Volta Redonda quanto a acesso aos serviços públicos e privados por meio da média ponderada dos índices de oferta local relacionados a esporte e lazer (IEL), saúde (ISA), educação (IED), abastecimento (IAB), assistência social (IAS), infraestrutura urbana (IURB), segurança urbana (ISU), renda média per capita (IRE) e habitação (IHAB). Na Eq. 1, é mostrado como o IQVU é calculado, considerando a média ponderada de pesos previamente definidos pela gestão pública municipal. Esse índice é calculado para cada território de Volta Redonda, denominadas unidades de planejamento. O índice é utilizado para classificar os territórios quanto à justa alocação do investimento público. O OP Digital indicará o limite orçamentário para cada localidade, permitindo o usuário votar em determinado número de propostas até o limite previsto. Deste modo, territórios com menor nota de IQVU poderão receber maiores investimentos e maior quantidade de propostas aprovadas, diferente dos territórios com maior nota de IQVU.

$$IQVU = 0,3 \times IRE + 0,04 \times IEL + 0,07 \times ISU + 0,09 \times IED + 0,13 \times IAS + 0,09 \times ISA + 0,12 \times IURB + 0,07 \times IAB + 0,09 \times IHAB \quad (1)$$

Viabilidade do projeto

Desde a década de 1990, o OP de Volta Redonda, ao invés de propor uma maior ampliação dos mecanismos de democracia participativa, tem sido usado como instrumento de fortalecimento de práticas clientelistas e oportunistas ao alterar o sentido da participação por meio da ferramenta. Este contexto motivou o governo municipal em reestruturar a metodologia do OP, inserindo diferentes meios de controle social e de transparência nas decisões públicas. Assim, a experiência do OP híbrido de Volta Redonda tem parte de diferentes contextos e seu sucesso tem sido apoiado no modo como tem sido reestruturado desde ano de 2017. Do ponto de vista econômico, pode-se afirmar que a metodologia híbrida utilizada possibilita minimizar o cenário de desigualdade social

no município de Volta Redonda, ao introduzir uma metodologia que visa realizar a redistribuição de recursos públicos às áreas de menor vulnerabilidade social e de acesso aos serviços públicos.

Segundo a Oxfam International, o Brasil ocupa a 9ª posição dos países mais desiguais do mundo, o que reflete diretamente nas desigualdades regionais e urbanas nos principais municípios brasileiros, a exemplo da cidade de Volta Redonda. Criada a partir do modelo *company town*, oriundo da década de 1950, a cidade de Volta Redonda teve seu processo de urbanização prejudicado pela repentina migração de trabalhadores rurais para trabalhar na construção de uma usina siderúrgica. Do ponto de vista técnico, a proposta acompanha o cenário mundial de avanço das tecnologias de informação e comunicação ao introduzir a ferramenta computacional de OP Digital como um dos elementos de qualificação do processo democrático de decisão pública. O OP Digital foi materializado por meio de um *software* desenvolvido pelo governo municipal e disponibilizado via *online* aos cidadãos. Do ponto de vista organizacional, a proposta de uso da metodologia híbrida de OP de Volta Redonda tem como objetivo incorporar as principais leis municipais a respeito do orçamento público, além de subsidiar, com o estudo do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) a demais políticas públicas criadas em nível local complementares às demandas oriundas dos canais institucionalizados de participação criados pelo OP. Por fim, do ponto de vista sociopolítico, a característica híbrida do OP de Volta Redonda contribui para o aumento dos direitos políticos dos cidadãos ao incluir diferentes modos de envolvimento dos cidadãos nas decisões públicas, seja de maneira presencial ou online. Dentre os novos elementos inseridos na metodologia, é possível citar o Fórum do Orçamento Participativo, o Comitê do OP (COP), o OP Digital, as comissões temáticas formadas pelo governo e sociedade, o OP Transparente.

Como o projeto foi coordenado com outros atores e processos

Uma das principais características da propostas é a sua capacidade de coordenação entre diferentes atores sociais e políticos e a administração pública. A criação do Comitê do Orçamento Participativo (COP) tem permitido a interlocução das políticas públicas com atores de movimentos sociais e membros de conselhos municipais dos mais variados segmentos:

- Conselhos municipais: os conselhos municipais ocupam 4 vagas no Comitê e têm participado desde o planejamento da nova metodologia do OP até as fases proposição de projetos em encontros presenciais;
- Associações de bairro: as associações de bairros ocupam 24 vagas no Comitê do OP e, além de auxiliar no redesenho da nova metodologia, elas são responsáveis por intermediar a discussão entre os cidadãos e o governo no envio de propostas para compor o orçamento.
- Movimentos sociais: os membros de movimentos sociais ocupam 4 vagas no Comitê e tem sido fundamentais na proposição de projetos e na tomada de decisão das associações de bairros e do governo em relação a áreas prioritárias para o investimento público.

Nível de corresponsabilidade pelo projeto

Com o Comitê do OP e demais canais de participação instituídos, foi possível estabelecer uma esfera pública de discussão entre atores da sociedade civil e do Estado, onde foi possível a cocriação da nova metodologia do OP e a reflexão sobre os seus sentidos e impacto sociopolítico. Dentre estes atores, podemos citar:

1. Os servidores públicos que foram responsáveis por envolver os participantes nos processos de construção, acompanhamento e controle das ações do OP, além da criação de novos mecanismos de participação democrática, a exemplo do OP Digital;
2. A equipe técnica multidisciplinar formada por servidores públicos, a qual foi responsável pela avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos e propostas enviadas para o OP. Esta equipe também foi responsável pelo cálculo de estimativa do valor a ser investido em cada proposta, de maneira a construir a base de dados para o OP Digital;
3. Os participantes, compostos por membros de conselhos municipais, associações de bairro, servidores públicos e demais cidadãos interessados nas decisões públicas. Estes participantes são os principais responsáveis em mobilizar os demais cidadãos para os espaços presenciais

de proposição e discussão das demandas e para o espaço virtual para a votação das propostas. Além de serem os corresponsáveis pelo redesenho da metodologia do OP, são também agentes de controle na execução das políticas públicas propostas. Vale destacar que os membros das associações de bairro foram os responsáveis por organizar postos de votação no OP Digital em bairros com dificuldades de acesso à internet, conforme pode ser visto em notícia (em português) disponível em: <http://bit.ly/2ZatRcj>

Mecanismos de avaliação e *accountability*

A transparência e o *accountability* são umas das principais vertentes metodológicas do OP híbrido de Volta Redonda são divididas em diferentes mecanismos de avaliação e controle, os quais são:

1. O OP Transparente, que se refere a divulgação mensal da situação das propostas mais votadas pelos participantes com informações sobre o número do protocolo na prefeitura, responsável pela execução da proposta, valor estimado da proposta e previsão de entrega do serviço;
2. O website oficial do OP, disponível em www.voltaredonda.rj.gov.br/op, com atas, imagens, perfil dos membros participantes, decisões, dados do OP Transparente e demais informações de interesse público;
3. As reuniões ao vivo e interativas realizadas por meio de página oficial do *Facebook*, em que são abertas a toda população com envio de perguntas e opiniões a respeito das decisões dos membros do Comitê do OP.
4. Publicação de estudo anual de avaliação do IQVU realizado pelo governo para divulgar o impacto da execução das propostas inseridas no OP na diminuição das desigualdades urbanas no município.

4. Conclusões e Trabalhos Futuros

Notou-se a contribuição do método para a diminuição das desigualdades urbanas, sobretudo pautada pela vinculação do instrumento do OP ao IQVU e a sua participação no aprofundamento das liberdades políticas, dados os instrumentos e canais de participação presencial e virtual propostos.

A reestruturação do OP realizada a partir de 2017 apresentou caráter inovador, pois democratizou a gestão pública local ao fomentar a participação da população à política, promoveu transparência com a publicização tanto das fases do OP quanto de informações sobre recursos públicos, podendo contribuir para o exercício do controle social pelo cidadão.

Devido a utilização de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TICs) como o OP Digital, o *website* oficial do OP, OP Transparente e as redes sociais foi possível aumentar em 40% a participação dos moradores de Volta Redonda no processo de elaboração do Orçamento Público Municipal (OPM) uma vez que a etapa *online* teve maior participação do que as etapas presenciais. Como discutido pela bibliografia sobre o tema pode-se considerar que as ferramentas *online* atingiram um público que não participaria devido ao deslocamento ao local, além de incluir a participação do público jovem (SAMPAIO, 2016).

Entretanto, verificou-se baixa participação da sociedade civil nas reuniões do Comitê de Orçamento Participativo (COP), constituindo uma das limitações do modelo. Somado a isso, houve baixa inclusão de propostas na plataforma *online* do OP Híbrido, ainda que ambas etapas tenham sido amplamente divulgadas. Nessa acepção, a cultura política participativa é reconhecida como crucial para o êxito da política de OP Híbrido (SAMPAIO, 2016).

Para mais, o uso das TICs como ferramenta de participação social contribuiu para práticas na gestão pública local mais democráticas e *accountable* (SAMPAIO, 2016). Destaca-se também que as emendas impositivas do Poder Legislativo ao diminuírem o orçamento direcionado para as obras do OP podem contribuir para a ocorrência de relações políticas particularizadas entre

vereadores e associações de moradores, sendo a modalidade digital do OP uma forma de inibir tais práticas (SAMPAIO, 2016).

Por fim, sendo a exclusão digital um impasse da ferramenta digital do OP Híbrido, próximos estudos podem realizar um mapeamento sobre o tema no município de Volta Redonda-RJ, posto que é um ponto crucial para o sucesso de políticas com inclusão de TICs (RAMOS JÚNIOR; ROVER, 2007).

9. Referências Bibliográficas

ARAUJO, R. M. **Orçamento Participativo: Uma Experiencia de Gestão e Planejamento Urbano em Belo Horizonte**. p. 100, 2012.

AVRITZER, L. **O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. A inovação democrática no Brasil: O Orçamento Participativo**, 2003.

LIMA, R. A **“Reinvenção” de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2010. 260 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2010.

LÜCHMANN, L. H. H. **25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas Política & Sociedade**, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p167/28903>>. Acesso em: 13 maio. 2020.

LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 87–97, 2008.

MARTINS, U. L. **Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2017., 2017.

RAMOS JÚNIOR, H.S.; ROVER, A.J. Democracia eletrônica na sociedade da informação. In: **Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa de Pós-graduação em Direito**, 16. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/aires_jose_rover.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2020

SAMPAIO, R. C. E-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. **Revista de Administração Pública (RAP)**, 50(6), 937-958. 2016.

SANTOS, B. D. S. **Democracia e participação: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre**. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa, p. 377–453, 2002.

SANTOS, B. DE S. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, B. DE S. (Ed.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 455–560.

SEFTON, T. Distributive and redistributive policy. In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. E. (Eds.). **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 607–623.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, R. dos S. **Orçamento participativo como mecanismo de transformação do espaço urbano**. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós Graduação em Geografia. Curitiba., 2017.

SILVA, R. S. Orçamento participativo como mecanismo de transformação do espaço urbano. 2017. **Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná**, Setor de Ciências da Terra. Programa de Pós Graduação em Geografia. Curitiba., 2017.